



EIXO 2 - POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

QUALIDADE EM DISPUTA: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA CÍVICO-MILITAR

Catarina Cerqueira de Freitas Santos (UFPE)

ctacerqueira@gmail.com

Gabriel Dias dos Santos (UFBA)

contato.gds@outlook.com

Rodrigo da Silva Pereira (UFBA)

rodrigossilvapereira@ufba.br

Resumo

O presente trabalho apresenta a perspectiva de gestores em relação à concepção da qualidade da educação em uma escola cívico-militar de Salvador. Buscamos analisar as implicações dessa questão para o trabalho docente. O texto é recorte da pesquisa "O avanço conservador na educação: como comunidades escolares articulam discursos hegemônicos conservadores", financiada pelo CNPq. De antemão, destacamos a natureza política do trabalho de diretores/as escolares, uma vez que a gestão não se resume a práticas meramente burocráticas. Pelo contrário, envolve disputas de poder no cotidiano escolar, refletindo esforços para impor visões institucionais e influenciar ações (Souza, 2012). A organização da gestão escolar entre os setores civil e militar intensifica disputas de poder, sobretudo quanto à definição dos papéis institucionais e à atuação dos diferentes agentes. Embora afirmem não interferir no pedagógico, essa divisão compromete a integração entre os processos escolares, que deveriam constituir dimensões de uma mesma realidade orientadas a objetivos comuns (Mendonça, 2019). Nesse sentido, a chamada "gestão compartilhada" revela-se como um eufemismo (Mendonça, 2019), pois, em vez de representar uma divisão equitativa de responsabilidades, impõe uma hierarquização do corpo militar sobre a equipe civil, inviabilizando o princípio da gestão democrática previsto em lei. Os dados empíricos foram examinados através da análise relacional (Apple, 2006). Segundo Apple (2006), a análise relacional consiste em investigar como um objeto de estudo se conecta com a sociedade de forma ampla, levando em conta as múltiplas interações e influências exercidas pelos diversos atores sociais envolvidos. O termo *qualidade* em educação está constantemente em disputa por

diferentes grupos. Dourado e Oliveira (2009) estabelecem a polissemia do termo, indicando variações de sentido de acordo com as demandas e exigências sociais de um dado contexto histórico. A qualidade da educação para todos, entendida como qualidade social, “implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social” (Dourado, Oliveira; 2009, p.211). Atualmente, a qualidade educacional é frequentemente associada a princípios empresariais e à lógica da formação de capital humano, com foco em rankings, padrões e mensuração (Silva, 2009). Quando acionada como argumento de defesa de suas pautas, a nova direita menciona a *qualidade* de diferentes maneiras. A educação domiciliar, por exemplo, é vendida como resposta para uma educação de qualidade, visto que a escola regular supostamente não é capaz de oferecer (Lima et al, 2025). Na defesa da militarização da escola pública, atores conservadores apresentam a agenda como solução para a falta de qualidade nas escolas, utilizando de resultados em avaliações de larga escala para embasar suas narrativas e relacionando qualidade à disciplina (Lima et al, 2025). No entanto, apesar do discurso, essa não é uma verdade absoluta. No caso de Santa Catarina, por exemplo, um estudo realizado por Heinen e Mattei (2024) mostra que o ensino fundamental das escolas militarizadas não apresentou nenhum impacto significativo, entretanto, o ensino médio apresentou uma piora no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os gestores entrevistados defendem que os colégios militarizados apresentam maiores resultados em avaliações externas, que seus egressos obtêm bons resultados no ENEM, e utilizam de índices do IDEB ao afirmarem que essas são escolas de qualidade. O diretor civil anuncia, inclusive que as famílias buscam a instituição por um entendimento que ela garante um padrão de qualidade diferenciado das escolas públicas não militares: “*Tem uns que vem porque facilita o percurso posterior, a conclusão da educação base, e aí vem para um lugar que tem mais garantias, né (...)*”. Como razão para o “sucesso”, o subtenente Sebastião, policial militar que atua na gestão da escola, alega que esta qualidade está atrelada à disciplina militar: “*eu afirmo que, por se tratar [de uma escola cívico-militar]... – porque a parte da disciplina anda junto com a parte também cognitiva do estudo*”. O discurso de meritocracia e competitividade, próprio do vocabulário neoliberal também é mobilizado, e o diretor militar reflete que “*as nossas crianças são educadas dessa forma, a serem competitivos dentro da decência, a serem excelentes*



profissionais, a buscar competição justa e meritocrática, que eles conseguem e sejam sempre um mérito”. Para atingir tais objetivos, parte-se de um controle maior do trabalho docente, nesse sentido, o diretor militar completa que *“Eu tenho que trazer para a escola aquilo que foi colocado pela BNCC, pelo MEC, que a secretaria manda para a gente. Ponto. Fora disso, eu não permito que seja feita nenhuma manobra para direção alguma”*. É possível identificar a articulação de duas dimensões associadas à concepção de qualidade da educação presente nos relatos dos entrevistados: a primeira, de caráter moral conservadora, associa qualidade à disciplina, e a segunda, de caráter neoliberal, vincula qualidade à eficácia, com o enfoque nos rendimentos dos estudantes nas avaliações externas. Sobre esse ponto, Santos e Pereira (2024) refletem que na perspectiva dos conservadores os exames não são ideológicos, e que os casos de “doutrinação ideológica” comprometem a oferta de uma educação de qualidade, sendo necessário “criar mecanismos para vigiar e controlar o trabalho docente com o intuito de limitá-lo ao ensino das competências e conteúdos requeridos nas avaliações” (Santos; Pereira, 2024, p.826). Os argumentos mobilizados pelos gestores apontam que a garantia de uma pretensa qualidade da educação, associada ao bom rendimento em avaliações externas, prescinde da autonomia docente. O campo disciplinar, percebido como um elemento central, não está sob a responsabilidade da gestão civil ou dos professores, sendo tarefa exclusiva dos militares. No campo do currículo, tudo deve estar previamente prescrito, a fim de tentar imprimir uma suposta neutralidade que impeça possíveis tentativas de “doutrinação ideológica”. Os achados buscam evidenciar como a qualidade propagada pelos militares só se sustenta a partir de um rígido controle do trabalho docente, limitando o papel do professor como formador de sujeitos críticos. Esse é mais um ponto que corrobora para o entendimento de que o processo de militarização das escolas fere o princípio constitucional da educação democrática.

Palavras-chave: gestão. Militarização. qualidade

Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.



DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da Educação: Perspectivas e desafios**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

HEINEN, V. L.; MATTEI,. A militarização das escolas melhora o desempenho escolar? Evidências a partir da implantação dessas escolas no estado de Santa Catarina. Florianópolis: **Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC)**, 2024.

LIMA, I. G. *de et al.* O vocabulário do conservadorismo na educação brasileira: um glossário em construção. **Currículo sem Fronteiras**, v. 25, e1140, 2025.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 594, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96052. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96052>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SANTOS, C. C. de F.; PEREIRA, R. da S. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 18, n. 42, 2024. DOI: 10.22420/rde.v18i42.2229. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2229>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>

SOUZA, Â. R. DE .. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, p. 123–140, dez. 2009.